

AVISO**PREGÃO ELETRÔNICO nº 011/2020 - SEL
PROCESSO nº 00675/2020**

Acha-se aberta, na Secretaria de Administração e Recursos Humanos/Comissão Permanente de Licitação, situada à Av. Brasil, 2001/6º andar, nesta cidade de Juiz de Fora – MG, LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, tipo **MAIOR OFERTA**, com a finalidade de selecionar propostas objetivando **a realização, prestação de serviços, fornecimento de infraestrutura e apoio logístico a fim de serem utilizados no evento “73ª CORRIDA DA FOGUEIRA”**, cujas especificações detalhadas encontram-se nos Anexos que acompanham o Edital.

Regem a presente licitação, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, a Lei Federal nº 10.520/02, a Lei Municipal nº 10.214/2002, o Decreto Municipal nº 7.485/2002, a Lei Complementar nº 123/2006, Lei nº 12.211/2011 e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: **das 08:00h do dia 02/03/2020, às 08:30h do dia 12/03/2020;**

Início da Sessão de Disputa de Preços: **às 15:00h do dia 12/03/2020**, no endereço eletrônico **<https://www.portaldecompraspublicas.com.br>**, horário de Brasília - DF.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O **Edital Completo** poderá ser obtido pelos interessados na SARH/CPL, em arquivo digital, mediante entrega de um pen-drive, de segunda a sexta-feira, no horário de 08:30 às 11:30 e de 14:30 às 17:30 horas ou pelo endereço eletrônico **https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/cpl/editais/pregao_eletronico/**. **É necessário que, ao fazer download do Edital, seja informado, via e-mail - pregaoeletronico@pjf.mg.gov.br, a retirada do mesmo, para que possam ser comunicadas possíveis alterações que se fizerem necessárias. A subsecretaria não se responsabilizará pela falta de informações relativas ao procedimento àqueles interessados que não confirmarem, pelos meios expostos, a retirada do Edital. Quaisquer dúvidas contatar pelo telefone (32) 3690-8188/8187/8492.**

Comissão Permanente de Licitação

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO nº 011/2020 - SEL PROCESSO nº 00675/2020

Acha-se aberta, na Secretaria de Administração e Recursos Humanos/Comissão Permanente de Licitação, situada à Av. Brasil, 2001/6º andar, nesta cidade de Juiz de Fora – MG, LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE **PREGÃO**, forma **ELETRÔNICA**, tipo **MAIOR OFERTA**, cujas especificações detalhadas encontram-se nos Anexos que acompanham o Edital.

Regem a presente licitação, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, a Lei Federal nº 10.520/02, a Lei Municipal nº 10.214/2002, o Decreto Municipal nº 7.485/2002, a Lei Complementar nº 123/2006, Lei nº 12.211/2011 e demais legislações aplicáveis.

I. DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. Serão utilizados para a realização deste certame recursos de tecnologia da informação, compostos por um conjunto de programas de computador que permitem confrontação sucessiva através do envio de lances dos proponentes com plena visibilidade para o pregoeiro e total transparência dos resultados para a sociedade, através da Rede Mundial de Computadores – INTERNET.

1.2. A realização do procedimento estará a cargo da **Comissão Permanente de Licitação - CPL, subsecretaria** responsável pelo planejamento, coordenação e gerenciamento do sistema de licitações e contratos no âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional e da Administradora do Pregão Eletrônico, entidade contratada para, através da rede mundial de computadores, prover o sistema de compras eletrônicas.

1.3. O fornecedor deverá fazer sua adesão ao Portal de Compras Públicas, acessando o seguinte endereço: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, onde qualquer pessoa física ou jurídica, que manifeste interesse e apresente a documentação e condições exigidas terá acesso ao Portal.

1.3.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

1.3.2. O credenciamento da proponente junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da proponente ou de seu representante legal, bem como na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

1.4. A Administradora do Pregão Eletrônico conjuntamente com a CPL darão sequência ao processo de Pregão.

1.5. Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, a proponente deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

1.5.1. O fornecedor, ao utilizar sua senha de acesso ao sistema para dar um lance no evento, terá expressado sua decisão irrevogável de concluir a transação a que se refere o evento nos valores e condições do referido lance, e caso este lance seja o escolhido pelo comprador, será reputado perfeito e acabado o contrato de compra e venda do produto negociado.

1.6. O fornecedor deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo pregoeiro e / ou pelo sistema ou de sua desconexão.

II. DOS PROCEDIMENTOS

2.1. Os fornecedores deverão inserir suas propostas iniciais dentro do sistema até a data e horário definidos no preâmbulo deste edital.

2.1.1. Para inserção de suas propostas iniciais, os fornecedores deverão observar rigorosamente a *descrição e unidade de fornecimento* dos materiais constantes do **Anexo I** do Edital.

2.1.2. Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender, no todo ou em parte, quaisquer das disposições deste Edital, sejam omissas ou apresentem irregularidades insanáveis, bem como aquelas que ofertarem alternativas.

2.1.3. A apresentação da(s) proposta(s) implicará na plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

2.1.4. Não serão aceitas propostas com ofertas não previstas neste Edital, nem preços ou vantagens baseados nas ofertas das demais proponentes.

2.1.5. O prazo de validade da proposta deverá ser de, no mínimo, **90 (noventa) dias corridos**.

2.2. O pregoeiro desclassificará, fundamentadamente, as propostas que não atenderem às exigências do Edital.

2.3. Após a classificação das propostas para a participação na fase de disputa de preços, o pregoeiro dará sequência ao processo de Pregão, comunicando aos fornecedores classificados na data e horário definidos no edital.

2.4. O julgamento das propostas será feito pela **MAIOR OFERTA** de acordo com o especificado no **Anexo I**.

2.4.1. O preço ofertado pelos proponentes **não poderá ser inferior ao valor da oferta mínima estimada de R\$ 12.000,00 (doze mil reais)**.

2.5. O Pregoeiro, via sistema eletrônico, dará início à Sessão Pública, na data e horário previstos neste Edital, com a divulgação da melhor proposta para cada item.

2.6. O preço de abertura da etapa de lances corresponde ao menor preço ofertado na etapa de propostas.

2.6.1. No caso de nenhum fornecedor apresentar lance na respectiva etapa, valem os valores obtidos na etapa de propostas.

2.7. Aberta a etapa competitiva (Sessão Pública), os proponentes deverão encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o proponente imediatamente informado do seu recebimento e respectivo valor.

2.8. Os proponentes poderão oferecer lances sucessivos, pela **MAIOR OFERTA**, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

2.9. Somente serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

2.9.1. Se algum proponente fizer um lance que esteja em desacordo com a licitação (preços e diferenças inexequíveis ou excessivas) poderá tê-lo cancelado pelo pregoeiro através do sistema. A disputa será suspensa, sendo emitido um aviso e na sequência o pregoeiro justificará o motivo da exclusão através de mensagem aos participantes e em seguida, a disputa será reiniciada pelo pregoeiro.

2.10. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que foi recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema eletrônico.

2.11. Durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, as proponentes serão informadas em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.

2.12. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro mediante encaminhamento de aviso pelo sistema, sendo facultado ao pregoeiro a sua prorrogação, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, determinado aleatoriamente pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

2.13. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às proponentes, para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

2.14. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos a Sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

2.15. Após o fechamento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contrapropostas diretamente à proponente que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre a sua aceitação.

2.16. Após análise da proposta e da documentação, o Pregoeiro anunciará a proponente vencedora.

2.16.1. Havendo divergência entre o valor unitário e o global correspondente, prevalecerá o cotado em preço unitário, devendo o Pregoeiro proceder à correção no valor global.

2.17. Na hipótese da proposta ou do lance de menor valor não ser aceito ou se a proponente vencedora desatender as exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a habilitação do proponente, na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço por item, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

2.18. É facultado ao Pregoeiro no curso do procedimento sanear falhas, fazer complementação de insuficiências ou ainda, realizar correções de caráter formal.

2.19. Por força dos artigos 44 e 45, da Lei Complementar nº 123/06, será observado:

2.19.1. Como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 05 (cinco por cento) superiores à melhor proposta classificada;

2.19.2. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão;

2.19.3. A nova proposta de preços mencionada no subitem anterior deverá ser inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que o objeto licitado será adjudicado em favor da detentora desta nova proposta (ME ou EPP);

2.19.4. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as ME's ou EPP's remanescentes, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

2.19.5. No caso de equivalência de valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, que se encontrem enquadradas no disposto no subitem **2.19.2**, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta;

2.19.6. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem **2.19.2**, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

2.19.7. O procedimento previsto no item **2.19** somente será aplicado quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte. Nesse caso, em havendo empate entre duas ou mais propostas, o desempate far-se-á, obrigatoriamente, por sorteio.

III. DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO E RECURSOS ADMINISTRATIVOS

3.1. Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital o proponente que não apontar as falhas ou irregularidades supostamente existentes no Edital até o **2º (segundo)** dia útil que anteceder a data de início da sessão de disputa do Pregão, **exclusivamente por meio de formulário eletrônico**. Sendo intempestiva, a comunicação do suposto vício não suspenderá o curso do certame.

3.1.1. A impugnação feita tempestivamente pela proponente não a impedirá de participar do processo licitatório, ao menos até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, se for o caso, sendo corrigido o ato convocatório.

3.1.2. Decairá também do direito de impugnar, perante a Administração, os termos deste edital, aquela que, tendo-o aceito sem objeção, vier a apontar depois do início da sessão de disputa do Pregão, falhas ou irregularidades que o viciaram, hipótese que não será aceita como recurso.

3.2. Caberá recurso nos casos previstos na Lei n.º 10.520/02, devendo a proponente **manifestar motivadamente** sua intenção de interpor recurso, através de formulário próprio do Sistema Eletrônico, explicitando sucintamente suas razões, após o término da sessão de lances, onde o pregoeiro abrirá prazo para a mesma.

3.2.1. A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a proponente pretende que sejam revistos pelo Pregoeiro.

3.3. A proponente que manifestar a intenção de recurso e a mesma tiver sido aceita pelo Pregoeiro, disporá do prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões de recurso, por meio de formulário específico do sistema, que será disponibilizado a todos os participantes, ficando os demais desde logo intimados para apresentar as contra-razões em igual número de dias.

3.4. O acompanhamento dos resultados, recursos e atos pertinentes a este edital poderão ser consultados no endereço: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, que será atualizado a cada nova etapa do pregão.

IV. DO OBJETO

4.1. Constitui objeto do presente Edital a seleção de sociedade empresária especializada objetivando **a realização, prestação de serviços, fornecimento de infraestrutura e apoio logístico a fim de serem utilizados no evento “73ª CORRIDA DA FOGUEIRA”**, conforme condições descritas nos Anexos deste Edital.

4.1.1. DATA DE REALIZAÇÃO: 18 (dezoito) de julho de 2020.

4.2. Integra este Edital, como se nele estivesse transcrito o **Detalhamento dos serviços – Valores, Lista de Itens necessários, quantitativos, processo seletivo e Percurso - (itens 4.2.2, 4.3, 4.4, 5 e 6)** do Termo de Referência - Anexo I, assim como todas as especificações neste contidas.

V. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. É vedada a participação:

a) de interessados que se encontrarem em processo de falência, concurso de credores; dissolução ou liquidação;

b) de interessados que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal;

5.2. As sociedades empresárias interessadas deverão se inscrever no endereço eletrônico constante no item I deste edital.

VI. DOS LANCES NA ETAPA DE DISPUTA DE PREÇOS

6.1. Tendo o proponente sido qualificado pelo pregoeiro, poderá ele participar da sessão de disputa de preços, na data e horários definidos no preâmbulo deste edital.

6.1.1. Os lances durante a sessão somente serão aceitos se apresentarem preços inferiores àquele que for o de menor preço.

6.1.2. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que foi recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema eletrônico.

6.1.3. Os proponentes somente terão acesso ao valor do menor lance, não sendo para eles identificado o proponente.

6.2. A duração da sessão de disputa de preços, prevista no preâmbulo deste edital, poderá sofrer alterações de acordo com o disposto no Decreto nº 7.485/02, que regulamenta a matéria.

6.2.1. Terminada a sessão, o sistema automaticamente rejeitará qualquer tentativa de envio de lances.

VII. DO PREÇO E DO PAGAMENTO

7.1. A contratada deverá efetivar o pagamento da oferta vencedora no ato da assinatura do contrato.

7.2. Os pagamentos serão efetuados mediante expedição, pela SEL, de Documentos de Arrecadação Municipal.

7.3. Todas as despesas decorrentes da prestação dos serviços objeto do presente contrato serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, sejam as de natureza tributária, sejam os demais encargos sociais, sejam as atinentes aos custos (materiais, equipamentos, veículos, combustível etc.) da prestação dos serviços.

VIII. DA HABILITAÇÃO

8.1. Para **habilitação**, deverá a sociedade empresária vencedora apresentar, em 1 (uma) via, os documentos abaixo discriminados, **postando os mesmos em até 48 (quarenta e oito) horas**, após a confirmação do vencedor, o que poderá ser feito no final da disputa de preços. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar em **cópias autenticadas**, obrigando-se a proponente a fornecer ao Pregoeiro os originais correspondentes em qualquer época que lhes forem solicitados. **Os documentos na forma prevista neste Edital poderão ser enviados para o seguinte endereço: Av. Brasil, 2001, 6º andar - Centro - Juiz de Fora, MG - CEP: 36060-010. Não aceitaremos a documentação via Fax ou e-mail.**

8.1.1. Os proponentes interessados na autenticação das cópias por funcionário da unidade que realiza a licitação deverão comparecer e solicitar a autenticação dentro do prazo estabelecido na cláusula anterior.

8.1.2. Não serão aceitos protocolos, nem documentos com prazo de validade vencido.

8.1.3. Os documentos deverão ser apresentados, preferencialmente, encadernados ou fixos em pasta própria e numerados, não devendo ser entregues soltos.

8.1.4. Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar no prazo de validade. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, esta será **de 60 (sessenta)** dias corridos contados a partir da data de emissão, exceto o comprovante de inscrição no CNPJ e Atestado (s) de Capacidade Técnica.

8.1.5. Os documentos necessários à HABILITAÇÃO deverão ser apresentados em envelope, lacrado, contendo identificação do proponente na face externa e ainda os dizeres:

**PREGÃO ELETRÔNICO nº 011/2020 - SEL
ENVELOPE “01” – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
RAZÃO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA:
CNPJ:**

Os proponentes deverão apresentar:

8.2. Documentos relativos à habilitação jurídica:

8.2.1. Ato constitutivo, estatuto social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

8.2.2. Cédula de Identidade e registro comercial, no caso de firma individual;

8.2.3. Decreto de autorização, em se tratando de firma individual ou sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

8.2.4. Declaração subscrita pelo representante legal da proponente, de que ela não incorre em qualquer das condições impeditivas, especificando, conforme **Anexo VI**:

8.2.4.1. Que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;

8.2.4.2. Que não está impedido de transacionar com a Administração Pública;

8.2.4.3. Que não foi penalizada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos;

8.2.4.4. Que não incorre nas demais condições impeditivas previstas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 consolidada pela Lei Federal nº 8.883/94.

8.2.4.5. E que, se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos oferecidos, comprometendo-se a comunicar a PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA a ocorrência de quaisquer fatos supervenientes impeditivos da habilitação, ou que comprometam a idoneidade da proponente, nos termos do artigo 32, parágrafo 2º, e do artigo 97 da Lei 8.666/93, e suas alterações.

8.2.5. Declaração de atendimento à norma do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela emenda constitucional nº 20/98, que proíbe trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, conforme **Anexo V**.

8.2.6. Declaração expressa de que o proponente preenche plenamente os requisitos de habilitação, bem como tem pleno conhecimento do objeto licitado e anuência das exigências constantes do Edital e seus anexos, conforme **Anexo IV**.

8.2.7. A proponente, microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar declaração, sob as penas da lei, de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresas ou empresa de pequeno porte, estando aptas a usufruir do tratamento estabelecido na Lei Complementar nº 123/06, conforme **Anexo III**.

8.2.8. A proponente, microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar declaração subscrita pelo seu representante legal de que a empresa não incorre em nenhuma das hipóteses previstas no § 4º, do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123/06, conforme **Anexo III**.

8.3. Documentos relativos à Regularidade Fiscal E TRABALHISTA:

8.3.1. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

8.3.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

8.3.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

8.3.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;

8.3.4.1. Nos Municípios em que não há emissão de Certidão Municipal Conjunta, o licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar tanto a certidão negativa de tributos mobiliários quanto a de tributos imobiliários.

8.3.5. Prova de Regularidade de Situação (CRF) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

8.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII - Da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo Decreto – Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.3.7. A proponente, microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

8.3.7.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente (ME ou EPP) for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

8.3.7.2. A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81, da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a retirada da Nota de Empenho, ou revogar a licitação.

8.4. Documentos relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

8.4.1. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da Lei Federal nº 6.404/76 e Lei Federal nº 10.406/2002, que comprovem a boa situação financeira da sociedade empresária, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados monetariamente, quando encerrados há mais de três meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou outro indicador que o venha substituir.

8.4.1.1. Se necessária a atualização monetária do Balanço Patrimonial, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente, assinado pelo Contador.

8.4.1.2. As sociedades empresárias com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.

8.4.1.3. Serão considerados aceitos como na forma da lei o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e demonstrações contábeis assim apresentados:

- a) publicados em Diário Oficial; ou
- b) publicados em Jornal; ou
- c) por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente; ou
- d) por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, ou;
- e) Por Escrituração Contábil Digital (ECD), através da apresentação de cópia do SPED, devidamente transmitido via eletrônica, e obrigatoriamente, observado o prazo de entrega estipulado no art. 1078 da Lei Federal nº 10.406/2002.

8.4.1.4. Os documentos relativos ao subitem **8.4.1** deverão ser apresentados contendo assinatura do representante legal da sociedade empresária proponente e do seu contador, ou, mediante publicação no Órgão de Imprensa Oficial, devendo, neste caso, permitir a identificação do veículo e a data de sua publicação. A indicação do nome do contador e do número do seu registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC – são indispensáveis.

8.4.2. A capacidade Financeira da Sociedade Empresária será avaliada mediante os seguintes indicadores:

Liquidez Corrente (LC) expressado da forma seguinte:

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Para a capacidade econômico-financeira exigida, os participantes deverão atender obrigatoriamente, os seguintes requisitos:

LC..... maior ou igual a 1(um)

8.4.2.1. O item **8.4.2** é somente considerado para fins de Qualificação Econômico-Financeira da proponente. Uma vez habilitada, a maior ou menor pontuação obtida pela concorrente não terá qualquer influência na sua classificação final.

8.4.3. Certidão Cível Negativa, abrangendo Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida por distribuidor da sede do principal estabelecimento da pessoa jurídica na forma do que prescreve o artigo 3º, da Lei nº 11.101/05.

8.4.3.1. Caso a Certidão evidencie a existência de processo de recuperação judicial, a mesma deverá vir acompanhada de autorização expedida pelo Poder Judiciário de que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei nº 8.666/93.

8.4.3.2. Nas comarcas em que a Certidão emitida pelo cartório distribuidor não abranger os processos distribuídos no processo judicial eletrônico - PJE, o licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar tanto a certidão expedida pelo cartório distribuidor, quanto a certidão específica para processos judiciais eletrônicos.

8.4.4. No caso da empresa apresentar índice contábil de Liquidez Corrente menor que 1(um), porém positivo, é exigida obrigatoriamente a comprovação de possuir Capital Social de no mínimo 10% (dez inteiros por cento) do valor estimado da Contratação, exigência esta prevista nos parágrafos 2º e 3º, do art. 31 da Lei 8.666/93, e devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, e/ou através da apresentação do balanço Patrimonial do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da Lei Federal nº 6.404/76 e Lei Federal nº 10.406/2002.

8.5. Documentos relativos à qualificação técnica:

8.5.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação através da apresentação de pelo menos 1 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão para desempenho a contento de objeto semelhante.

8.5.2. Todas as interessadas deverão apresentar um projeto técnico para a organização da corrida, contendo todos os itens necessários, assim como as quantidades especificadas neste edital e deverá elencar e se comprometer a cumprir todas as obrigações do item 11.2 deste edital.

8.5.3. Apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) dos profissionais responsáveis pela montagem da sonorização e da estrutura de palco e tendas.

8.6. Não tendo a sociedade empresária classificada como vencedora do certame apresentado a documentação exigida, no todo ou em parte, será esta desclassificada, podendo a ela ser aplicada as penalidades previstas na legislação que rege o procedimento, e será convocada então a sociedade empresária seguinte na ordem de classificação.

8.7. A documentação, na fase pertinente, será rubricada pelo Pregoeiro e pela Equipe de Apoio e após examinada será anexada ao processo desta licitação, sendo inabilitados aqueles proponentes cuja documentação apresente irregularidades.

8.8. A documentação exigida para atender ao disposto nos itens **8.2.1, 8.2.2, 8.2.3, 8.3 e 8.4.3**, poderá ser substituída, conforme disposto no parágrafo 3º do Art. 32 da Lei nº 8.666/93, pelo Certificado de Cadastro Geral de Licitantes do Município de Juiz de Fora - CAGEL, com validade plena; conforme Decreto nº 7.654 de 06 de dezembro de 2002; com ramo de atividade compatível com o objeto licitado.

8.9. Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, com o número do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, devendo ser observado o seguinte (condição válida, também, para pagamento dos serviços, se for o caso):

8.9.1. se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em seu nome e de acordo com seu CNPJ, ou;

8.9.2. se o licitante for a filial, todos os documentos deverão ser apresentados em seu nome e de acordo com o número do CNPJ da filial, exceto quanto à certidão Negativa de Débito junto ao INSS, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, Certidão de Débito relativo aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e CNDT;

8.9.3. se o licitante for a matriz e o fornecedor do bem ou prestadora dos serviços for a filial, todos os documentos deverão ser apresentados com o número de CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;

8.9.4. serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;

8.9.5. o não atendimento de qualquer exigência ou condição deste, item, implicará na inabilitação do licitante.

IX – DA HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E ASSINATURA DO CONTRATO

9.1. Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação dos proponentes quanto à interposição de recurso, o Pregoeiro opinará pela adjudicação do objeto licitado, o que posteriormente será submetido à autoridade competente.

9.2. A autoridade competente homologará o resultado da licitação e adjudicará o objeto licitado ao vencedor do certame, convocando o adjudicatário a assinar o Contrato dentro do prazo de no máximo 10 (dez) dias consecutivos, a contar da data em que o mesmo for convocado para fazê-lo junto a Unidade Requisitante, podendo substituí-lo por outros instrumentos hábeis, na forma do art. 62 da Lei nº 8.666/93.

9.3. A Administração poderá, quando o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar situação regular ou se recusar injustificadamente a assinar o Contrato, retomar a Sessão Pública e convidar os demais proponentes classificados, seguindo a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, ou revogar a licitação independentemente da cominação do Art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

9.4. Decorrido o prazo do item **9.2**, dentro do prazo de validade da proposta, e não comparecendo à Prefeitura o proponente convocado para a assinatura do contrato, será ele havido como desistente, ficando sujeito às seguintes sanções, aplicáveis isolada ou conjuntamente:

9.4.1. multa de 3% (três por cento) sobre o valor global de sua proposta;

9.4.2. impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos.

9.4.3. A multa de que trata o item **9.4.1** deverá ser recolhida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão administrativa que a tenha aplicado, garantida a defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

X – DO CONTRATO E DOS PRAZOS

10.1. O contrato regular-se-á, no que concerne a sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.

10.2. O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pela autoridade gestora da despesa a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

10.3. Farão parte integrante do contrato as condições previstas no Edital e na proposta apresentada pelo adjudicatário.

10.4. O contrato terá vigência até o fim do evento, contados a partir da data de publicação do extrato.

XI - DAS OBRIGAÇÕES

11.1. DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA DE JUIZ DE FORA:

11.1.1. Cadastrar os atletas no sistema;

11.1.2. Cadastrar os chips (número de chips disponíveis: 2200);

11.1.3. Entregar os chips aos corredores, até no máximo 15 (quinze) minutos antes do horário previsto de largada (participantes da corrida infantil e caminhada não tem chip);

11.1.4. Sistema de cronometragem por sistema de transponder e/ou manual;

11.1.5. Apurar os resultados;

11.1.6. Divulgar extraoficialmente os resultados no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após o término do evento e oficialmente no prazo de 7 (sete) dias após a prova;

11.1.7. Agendar e acompanhar as reuniões com a Secretaria de Transporte e Trânsito (SETTRA) da Prefeitura de Juiz de Fora e demais órgãos envolvidos no Evento;

11.1.8. Solicitar junto a SETTRA a interdição parcial ou total do trânsito e a presença de batedores junto aos primeiros colocados na prova (masculino e feminino);

11.1.9. Orientar a colocação dos marcos quilométricos e dos balizadores no percurso. A responsabilidade de colocação tanto dos marcos quilométricos quanto dos balizadores é da empresa contratada.

11.1.10. Caso seja solicitado pelo Contratado, o Cerimonial da Prefeitura realizará a premiação dos corredores e equipes no pódio, após o final da corrida;

11.1.11. Disponibilizar o Plano de Trânsito, elaborado pela SETTRA, específico para a 73ª CORRIDA DA FOGUEIRA 2020.

11.2. DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA REALIZADORA:

11.2.1. QUESTÕES TÉCNICAS

11.2.1.1. É de responsabilidade do contratado disponibilizar no mínimo 2.000 (duas mil) inscrições, bem como preencher de forma correta o banco de dados fornecido pela SEL (formato planilha Excel) com todos os corredores inscritos na prova. O mesmo deverá ser entregue com antecedência de (5) cinco dias úteis à data de realização da prova.

11.2.1.2. TODO O MATERIAL PROMOCIONAL DEVERÁ SER PREVIAMENTE APROVADO PELA SEL;

11.2.1.3. É de responsabilidade do patrocinador sinalizar o percurso de acordo com as determinações da SETTRA, decididas nas reuniões de preparação para a corrida, providenciar a confecção e colocação de faixas e informativos de interdição de ruas, e disponibilizar todo o material (cones, tapumes, entre outros) a ser utilizados na realização do evento.

11.2.1.4. O material de sinalização de responsabilidade do organizador do evento poderá ser vistoriado pelos Agentes de Transporte e Trânsito momentos antes da realização da interdição e a sua falta poderá acarretar no cancelamento do referido evento.

11.2.1.5. O patrocinador deverá cumprir a Lei 9.503 de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, Capítulo III – Artigo 67 e Capítulo VIII – Artigo 95.

11.2.1.6. Fornecer na largada um local coberto e reservado exclusivamente para a equipe técnica da Secretaria de Esportes e Lazer com um ponto de energia (110 v), 3 (três) mesas e (3) três cadeiras, realizar todo o cercamento com grade desta região, fornecer também um local exclusivo com bastante iluminação e coberto para entrega dos chips, contando com a quantidade suficiente de cadeiras e mesas a serem estipuladas pela Coordenação da 73ª CORRIDA DA FOGUEIRA 2020, levando – se em conta o número de inscritos para o evento.

11.2.1.7. As contratações dos árbitros de percurso são de inteira responsabilidade do contratado. O mesmo deverá fornecer um quantitativo de STAFFS suficientes e identificados que deverão estar devidamente uniformizados com camisas e/ou coletes diferentes das distribuídas aos corredores.

11.2.1.8. Deverá oferecer banheiros químicos seguindo a proporção de 1 (um) banheiro para cada 100 (cem) corredores sendo 50% masculino e 50% feminino e, obrigatoriamente, 2 (dois) banheiros para deficientes, sendo 1 (um) masculino e 1 (um) feminino, bem como o guarda-volumes suficientes para a quantidade de inscritos na prova.

11.2.1.9. Caso seja necessário à utilização de um número superior a 2200 chips, o contratado deverá alugar a quantidade de chips necessária para se completar o total de atletas inscritos para o evento.

11.2.1.10. O contratado deverá fornecer o número de peito em papel impermeável para todos os atletas inscritos na corrida obrigatoriamente de acordo com as cores estipuladas pela Coordenação da 73ª CORRIDA DA FOGUEIRA.

11.2.1.11. O contratado deverá disponibilizar tendas e grades, além dos balizadores, em quantidades suficientes.

11.2.1.12. Para a realização do evento, o contratado deverá estar de posse do documento de autorização da SEMAUR (Secretaria Meio Ambiente e Ordenamento Urbano).

11.2.1.13. Contatar junto às instituições competentes, 02 (duas) ambulâncias com equipe médica para atendimento à corrida, sendo uma para ficar no local de largada / chegada e outra para acompanhar os atletas durante o percurso.

11.2.1.14. Fornecer toda a água para o evento, sendo que os postos de água deverão estar situados de 2,5 em 2,5 km a partir da largada do percurso.

11.2.1.15. Homologar a corrida junto a Federação Mineira de Atletismo pagando todas as despesas por ela determinadas.

11.2.1.16. Realizar a limpeza e remoção dos resíduos gerados na área lindeira à corrida, assim como seu descarte dos resíduos em local de destinação devidamente autorizado.

11.2.1.17. Fornecer o palco conforme especificação contida no item 4.3.3. (do Termo de Referência) que deverá ter rampa de acesso para pessoas com deficiências.

11.2.1.18. Disponibilizar 200 (duzentas) inscrições infantis gratuitas para projetos de atletismo cadastrados na SEL (kit: medalha personalizada, número de peito, kit lanche).

11.2.1.19. Disponibilizar no mínimo 02(dois) dias para entrega de kits, oferecendo no mínimo o total de 14(quatorze) horas para a entrega, sendo prazo máximo às 13h do dia 18/07.

XII - DAS PENALIDADES

12.1. Os casos de inexecução do objeto deste edital, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento contratual, sujeitará o proponente contratado às penalidades previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93, das quais destacam-se:

- a) advertência;
- b) multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor, por dia de atraso injustificado na execução do mesmo, limitados a 30 (trinta) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução total;
- c) multa compensatória no valor de 5% (cinco por cento) sobre o valor total contratado;
- d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 02 (dois) anos;
- e) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultando ao contratado o pedido de reconsideração da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

12.1.1. Após o devido processo legal, as penalidades serão aplicadas pela autoridade competente que deverá comunicar a subsecretaria todas as ocorrências para fins de cadastramento e demais providências.

12.1.2. Entende-se por autoridade competente a gestora da despesa executada.

12.1.3. Os valores das multas aplicadas previstas nos sub-itens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

12.3. Da aplicação das penalidades definidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do item **12.1**, caberá recurso no prazo de (cinco) dias úteis, contados da intimação.

12.3.1. Da aplicação da penalidade definida na alínea “e” do item **12.1**, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da intimação.

12.4. O recurso ou pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido à autoridade gestora da despesa, a qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

12.5. A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará na sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei, cujos motivos para a referida rescisão são os previstos no Art. 78 da Lei 8.666/93.

12.6. O Município poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial, observada a legislação vigente, nos seguintes casos:

- a) por infração a qualquer de suas cláusulas;
- b) decretação de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- c) em caso de transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato, sem prévio e expresso aviso ao Município;
- d) por comprovada deficiência no atendimento do objeto do contrato;
- e) mais de 2 (duas) advertências

12.7. A autoridade gestora da despesa poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público, conforme disposto no artigo 79 da lei 8.666/93 e suas alterações.

12.8. A aplicação de penalidades previstas para os casos de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado, inadimplemento contratual e demais condutas ilícitas será de competência da autoridade gestora da despesa, nos termos do § 3º, do art. 87, da Lei nº 8.666/93.

12.9. Será aplicada multa de 5% (cinco por cento) do valor total da proposta aos licitantes que derem causa a tumulto durante a realização da licitação ou ao retardamento dos trabalhos em razão de comportamento inadequado e atitudes injustificadas e infundadas de seus representantes.

XIII - DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

13.1. Observado o disposto no artigo 67 da lei federal 8.666/93, o acompanhamento, a fiscalização, o recebimento e a conferência do objeto será realizada pela Unidade Requisitante ou no caso de substituição, pelo que for indicado pelo gestor da Unidade Requisitante.

13.2. A Unidade Requisitante atestará, no documento fiscal correspondente, o fornecimento do produto nas condições exigidas, constituindo tal atestação requisito para a liberação dos pagamentos ao fornecedor.

13.2.1. O recebimento definitivo do objeto deste instrumento, somente se efetivará com a atestação referida no item anterior.

XIV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Nenhuma indenização será devida aos proponentes por apresentarem documentação e/ ou apresentarem proposta relativa ao presente PREGÃO.

14.2. A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

14.3. O resultado desta licitação será lavrado em Ata, a qual será assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

14.4. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

14.5. No interesse da Administração, sem que caiba às participantes qualquer recurso ou indenização, poderá a licitação ter:

- a) adiada sua abertura;
- b) alterado o Edital, com fixação de novo prazo para a realização da licitação.

14.6. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, elegem as partes o Foro da cidade de Juiz de Fora/MG, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

14.7. Esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital poderão ser obtidos junto a **SARH/CPL/PJF** pelo telefone: (32) 3690-8188/8187, nos dias úteis no horário das 09 às 11 horas ou 15 às 17 horas.

14.8. Os casos omissos relativos à aplicabilidade do presente Edital serão sanados pela **SARH/CPL/PJF** obedecida a legislação vigente.

14.8.1. O Decreto nº 13.602/2019 Regulamenta a organização e as atribuições da Secretaria de Administração e Recursos Humanos - SARH, instituída pela Lei nº 13.830/2019, que “Dispõe sobre a organização e estrutura do Poder Executivo do Município de Juiz de Fora, fixa princípios e diretrizes de gestão e dá outras providências.

14.8.2. O Decreto nº 13.602/2019 determina as competências da **Comissão Permanente de Licitação - CPL, subsecretaria** responsável pelo planejamento, coordenação e gerenciamento do sistema de licitações e contratos no âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional.

14.9. Fazem parte deste Edital os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência e Valor Estimado;

Anexo II – Minuta de Contrato.

Anexo III - Modelo de Declaração de Microempresa (ME) ou de Empresa de Pequeno Porte (EPP).

Anexo IV - Modelo de Declaração de Habilidade e Pleno Conhecimento.

Anexo V - Modelo de Declaração de Empregador Pessoa Jurídica.

Anexo VI – Modelo de Declaração de Inexistência de fato impeditivo.

PREGÃO ELETRÔNICO nº 011/2020 - SEL

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA E ORÇAMENTO ESTIMADO

1 – REQUISITANTE:

Secretaria de Esporte e Lazer (SEL)

2 - OBJETO:

2.1. O presente Termo de Referência tem por finalidade a contratação de empresa especializada para realização, prestação de serviços, fornecimento de infraestrutura e apoio logístico a fim de serem utilizados no evento “73ª CORRIDA DA FOGUEIRA”, conforme itens e especificação do objeto, constantes neste Termo de Referência.

3 - JUSTIFICATIVA:

3.1. A Secretaria de Esporte e Lazer, órgão competente para propor, incentivar e implementar políticas públicas de esporte e lazer por meio de planejamento, coordenação e supervisão das atividades e eventos esportivos, irá promover a 73ª Corrida da Fogueira, sendo a mais antiga e tradicional corrida de rua do estado de Minas Gerais.

3.2. A referida corrida de rua acontecerá no dia 18 de julho de 2020 (sábado) e terá 2 (duas) provas obrigatórias: a infantil, que reúne crianças de 3 a 15 anos, com distâncias de acordo com CBAt (Confederação Brasileira de Atletismo) no período da manhã e a corrida principal, com distância de 7 (sete) km a ser realizada no período noturno com largada após 19 horas, além de caminhada de 3 (três) km.

3.3. Por ser um evento de grande proporção a ser realizado em área pública que não dispõe de estrutura física instalada e adequada, é necessária a locação de materiais, equipamentos e serviços, visando o conforto e à segurança dos participantes, convidados, autoridades e público, presentes no dia do evento.

3.4. No tocante aos materiais e serviços mencionados, este termo tem por finalidade viabilizar toda a logística envolvida na “73ª Corrida da Fogueira”, em que deverá ser objeto de um único processo licitatório, tendo em vista a necessidade dos itens do presente Termo de Referência serem fornecidos de modo coordenado e sob a responsabilidade de uma única empresa. Desta forma, entende-se que possa ser garantida a qualidade dos serviços prestados, além de facilitar a interlocução com o contratante, uma vez que o fracasso de alguns itens poderá comprometer a qualidade do evento, ou até mesmo causar sua inviabilidade.

4 - OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

4.1. DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA DE JUIZ DE FORA:

4.1.1. Cadastrar os atletas no sistema;

4.1.2. Cadastrar os chips (número de chips disponíveis: 2200);

4.1.3. Entregar os chips aos corredores, até no máximo 15 (quinze) minutos antes do horário previsto de largada (participantes da corrida infantil e caminhada não tem chip);

4.1.4. Sistema de cronometragem por sistema de transponder e/ou manual;

4.1.5. Apurar os resultados;

4.1.6. Divulgar extraoficialmente os resultados no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após o término do evento e oficialmente no prazo de 7 (sete) dias após a prova;

4.1.7. Agendar e acompanhar as reuniões com a Secretaria de Transporte e Trânsito (SETTRA) da Prefeitura de Juiz de Fora e demais órgãos envolvidos no Evento;

4.1.8. Solicitar junto a SETTRA a interdição parcial ou total do trânsito e a presença de batedores junto aos primeiros colocados na prova (masculino e feminino);

4.1.9. Orientar a colocação dos marcos quilométricos e dos balizadores no percurso. A responsabilidade de colocação tanto dos marcos quilométricos quanto dos balizadores é da empresa contratada.

4.1.10. Caso seja solicitado pelo Contratado, o Cerimonial da Prefeitura realizará a premiação dos corredores e equipes no pódio, após o final da corrida;

4.1.11. Disponibilizar o Plano de Trânsito, elaborado pela SETTRA, específico para a 73ª CORRIDA DA FOGUEIRA 2020.

4.2. DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA REALIZADORA:

4.2.1. QUESTÕES TÉCNICAS

4.2.1.1. É de responsabilidade do contratado disponibilizar no mínimo 2.000 (duas mil) inscrições, bem como preencher de forma correta o banco de dados fornecido pela SEL (formato planilha Excel) com todos os corredores inscritos na prova. O mesmo deverá ser entregue com antecedência de (5) cinco dias úteis à data de realização da prova.

4.2.1.2. TODO O MATERIAL PROMOCIONAL DEVERÁ SER PREVIAMENTE APROVADO PELA SEL;

4.2.1.3. É de responsabilidade do patrocinador sinalizar o percurso de acordo com as determinações da SETTRA, decididas nas reuniões de preparação para a corrida, providenciar a confecção e colocação de faixas e informativos de interdição de ruas, e disponibilizar todo o material (cones, tapumes, entre outros) a ser utilizados na realização do evento.

4.2.1.4. O material de sinalização de responsabilidade do organizador do evento poderá ser vistoriado pelos Agentes de Transporte e Trânsito momentos antes da realização da interdição e a sua falta poderá acarretar no cancelamento do referido evento.

4.2.1.5. O patrocinador deverá cumprir a Lei 9.503 de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, Capítulo III – Artigo 67 e Capítulo VIII – Artigo 95.

4.2.1.6. Fornecer na largada um local coberto e reservado exclusivamente para a equipe técnica da Secretaria de Esportes e Lazer com um ponto de energia (110 v), 3 (três) mesas e (3) três cadeiras, realizar todo o cercamento com grade desta região, fornecer também um local exclusivo com bastante iluminação e coberto para entrega dos chips, contando com a quantidade suficiente de cadeiras e mesas a serem estipuladas pela Coordenação da 73ª CORRIDA DA FOGUEIRA 2020, levando – se em conta o número de inscritos para o evento.

4.2.1.7. As contratações dos árbitros de percurso são de inteira responsabilidade do contratado. O mesmo deverá fornecer um quantitativo de STAFFS suficientes e identificados que deverão estar devidamente uniformizados com camisas e/ou coletes diferentes das distribuídas aos corredores.

4.2.1.8. Deverá oferecer banheiros químicos seguindo a proporção de 1 (um) banheiro para cada 100 (cem) corredores sendo 50% masculino e 50% feminino e, obrigatoriamente, 2 (dois) banheiros para deficientes,

sendo 1 (um) masculino e 1 (um) feminino, bem como o guarda-volumes suficientes para a quantidade de inscritos na prova.

4.2.1.9. Caso seja necessário à utilização de um número superior a 2200 chips, o contratado deverá alugar a quantidade de chips necessária para se completar o total de atletas inscritos para o evento.

4.2.1.10. O contratado deverá fornecer o número de peito em papel impermeável para todos os atletas inscritos na corrida obrigatoriamente de acordo com as cores estipuladas pela Coordenação da 73ª CORRIDA DA FOGUEIRA.

4.2.1.11. O contratado deverá disponibilizar tendas e grades, além dos balizadores, em quantidades suficientes.

4.2.1.12. Para a realização do evento, o contratado deverá estar de posse do documento de autorização da SEMAUR (Secretaria Meio Ambiente e Ordenamento Urbano).

4.2.1.13. Contatar junto às instituições competentes, 02 (duas) ambulâncias com equipe médica para atendimento à corrida, sendo uma para ficar no local de largada / chegada e outra para acompanhar os atletas durante o percurso.

4.2.1.14. Fornecer toda a água para o evento, sendo que os postos de água deverão estar situados de 2,5 em 2,5 km a partir da largada do percurso.

4.2.1.15. Homologar a corrida junto a Federação Mineira de Atletismo pagando todas as despesas por ela determinadas.

4.2.1.16. Realizar a limpeza e remoção dos resíduos gerados na área lindeira à corrida, assim como seu descarte dos resíduos em local de destinação devidamente autorizado.

4.2.1.17. Fornecer o palco conforme especificação contida no item 4.3.3. que deverá ter rampa de acesso para pessoas com deficiências.

4.2.1.18. Disponibilizar 200 (duzentas) inscrições infantis gratuitas para projetos de atletismo cadastrados na SEL (kit: medalha personalizada, número de peito, kit lanche).

4.2.1.19. Disponibilizar no mínimo 02(dois) dias para entrega de kits, oferecendo no mínimo o total de 14(quatorze) horas para a entrega, sendo prazo máximo às 13h do dia 18/07.

4.2.2. VALORES DE INSCRIÇÃO:

4.2.2.1. O valor da inscrição será de:

R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais) até dia 27 de junho e R\$ 70,00 (setenta reais) de 28 de junho a 12 de julho – Inscrição Popular e Inscrição infantil – o atleta terá direito ao número de peito, medalha de participação e KIT LANCHE.

- R\$ 80,00 (oitenta reais) até dia 27 de junho e R\$ 110,00 (cento e dez reais) de 28 de junho a 12 de julho. O atleta terá direito ao KIT DO ATLETA e KIT LANCHE;

4.2.2.2. As pessoas de 60 anos ou mais (comprovadamente) pagarão 50% do valor da inscrição (Lei Federal nº 10741/03) e receberão o kit do atleta completo (no caso de terem optado pela inscrição com Kit).

4.2.2.3. As pessoas que comprovarem deficiência, e a partir do recorte de renda de até 3 salários mínimos, serão isentas de taxa de inscrição e farão jus ao kit do atleta completo - Lei Municipal nº 13.320/14.

4.2.2.4. As inscrições deverão terminar às 23h59 do dia 12 de julho. Não é permitido em hipótese alguma a realização de inscrições a partir de 13 de julho.

4.2.3. KIT DO CORREDOR e PREMIAÇÃO

- a) Conteúdo mínimo do KIT DO ATLETA:
- b) Camisa em poliamida de mangas longas;
- c) Mínimo de 2 (dois) itens (de acordo com a tabela abaixo),
- d) Número de peito em papel especial impermeável com 04 (quatro) alfinetes;
- e) Medalha personalizada de participação ao final da prova.

NOTA: Os dois itens deverão ser uma de cada coluna (A e B) ou caso sejam outros deverão ser aprovados pela SEL.

Item "A"	Item "B"
Boné	Relógio
Squeeze	Cinta porta número
Viseira	Porta medalhas
Toalha	Chinelo
Meias cano alto	Sacola Esportiva 100% poliéster

4.2.3.2. Conteúdo mínimo do KIT LANCHE: 1 (uma) barra de cereal E 2(duas) frutas, 2 (dois) copos de água industrializada.

4.2.3.3. Premiar todos os corredores e caminhantes participantes devidamente inscritos, com uma medalha personalizada, incluindo-se os GUIAS de pessoas com deficiência devidamente cadastrados;

4.2.3.4. Realizar a premiação dos atletas e equipes no pódio imediatamente após a entrega dos resultados pela coordenação da Corrida da Fogueira;

4.2.3.5. Confeccionar 14 (quatorze) troféus personalizados, sendo 2 (dois) para premiação das equipes com maior número de inscritos (masculino e feminino), 2 (dois) para equipes PCD com maior número de inscritos (masculino e feminino) e 10 (dez) para os 5 (cinco) primeiros colocados no geral masculino (5) e feminino (5).

4.2.3.6. Todos os materiais de divulgação e de premiação deverão conter a logomarca da Secretaria de Esporte e Lazer e da CORRIDA DA FOGUEIRA 2020.

4.2.3.7. A logomarca da SEL deverá constar na frente da camisa medindo 7 cm de comprimento por 3,5 cm de largura.

4.2.3.8. As lonas do pórtico de chegada e do back drop deverão conter as logos da Prefeitura de Juiz de Fora e da Secretaria de Esporte e Lazer na mesma proporção das demais logos em tamanho e quantidade.

4.2.3.9. A arte de todos os materiais supracitada deverá ser previamente apresentados à Secretaria de Esporte e Lazer, para possível aprovação num prazo mínimo de 45 (quarenta e cinco) dias que antecedem o evento. A apresentação deverá ser encaminhada antes de serem confeccionados.

4.2.3.10. As medalhas personalizadas deverão ser confeccionadas em liga de alumínio com mínimo de 4.500mm de área e fita personalizada com mínimo de 22mm x 80 mm.

4.2.3.11. Os troféus personalizados deverão em confeccionados em liga de alumínio com mínimo de 180mm de altura (excluindo a base) e com a base em mdf ou similar com mínimo 140mm x 100mm x 25mm.

4.3. LISTA DE ITENS NECESSÁRIOS

4.3.1. Para realização das atividades, a Contratada deverá apresentar os itens relacionados abaixo.

4.3.2. Recursos Humanos - A Contratada deverá contar, com uma equipe técnica composta de:

4.3.2.1. Coordenador Geral;

4.3.2.2. Demais Profissionais de Apoio:

- a) Locutor: pessoa para fazer toda a parte de locução da prova e premiação;
- b) Staff – entrega de kits: pessoal para fazer entrega do kit e número de participante (pré prova) e entrega dos kits (pós prova);
- c) Coordenador de staff: pessoa que coordena os staffs, solucionando eventuais problemas;
- d) Staff – guarda volumes: pessoal para recepcionar os pertences dos participantes, guardar nas sacolas e lacrá-las, fazendo a devolução após a prova (identificação através do número de peito de cada corredor);
- e) Staff – percurso: pessoal distribuído ao longo do percurso, auxiliando a SETTRA nos fechamentos de vias e indicação do percurso aos participantes;

4.3.3. Recursos materiais: a Contratada deverá dispor dos seguintes materiais:

- 4.3.3.1. Tenda 3 X 3 m – fechada (cronometragem): tenda para montar toda a estrutura da cronometragem;
- 4.3.3.2. Tenda 5 X 5 m – fechada (guarda volumes): tenda onde ficará o guarda-volumes;
- 4.3.3.3. Tenda 10X 5 m – fechada (entrega de kits): tenda para distribuição dos kits;
- 4.3.3.4. Tenda 10 X 5 m – fechada (entrega de chips): tenda para distribuição dos chips;
- 4.3.3.5. Cavaletes de trânsito: a serem utilizados no bloqueio de trânsito, deverão obedecer ao padrão estipulado pela SETTRA;
- 4.3.3.6. Cones: cones com 75cm de altura;
- 4.3.3.7. Faixa de informação: faixas indicativas de desvio de trânsito, no padrão SETTRA, cuja colocação e retirada será feita pela Contratada, obedecidas às orientações que serão expedidas no dia da reunião com a SETTRA;
- 4.3.3.8. Fita zebra: utilizada nos bloqueios de trânsito;
- 4.3.3.9. Sinalização de quilometragem: placas indicativas em cada quilômetro da corrida de fácil visualização;
- 4.3.3.10. Sinalização de tendas: placas indicativas das tendas;
- 4.3.3.11. Sirene de largada: buzina utilizada na largada da prova;
- 4.3.3.12. Sacolas plásticas – guarda volumes: sacolas para o guarda volumes, com capacidade para, no mínimo, 30 litros;
- 4.3.3.13. Cadeiras: cadeiras plásticas;
- 4.3.3.14. Mesas: mesas plásticas, medindo aproximadamente 0,90 X 0,90 m;
- 4.3.3.15. Pórtico: com no mínimo 4 metros de altura por 5 metros de comprimento;
- 4.3.3.16. Backdrop: com aproximadamente 7 X 3 metros, colocado atrás do palco. A arte do backdrop deverá ser aprovada pela SEL;
- 4.3.3.17. Palco de premiação: palco com aproximadamente 7 X 5 metros, com altura mínima de 1 metro;
- 4.3.3.18. Sanitários portáteis: sanitários químicos;
- 4.3.3.19. Som: aparelhagem de som completa;
- 4.3.3.20. Grade: grades para montagem da arena, medindo 2 X 1 m;
- 4.3.3.21. Pranchões: estruturas para armazenar os copos de água com gelo durante a prova, nos postos de hidratação;
- 4.3.3.22. Listagem de inscritos: listas impressas com os dados de todos os participantes;
- 4.3.3.23. Caixa de água: caixa contendo 48 copos de água, com no mínimo 200 ml cada, para distribuição durante a corrida;
- 4.3.3.24. Gelo: sacos de gelo para colocar nos pranchões com água, para mantê-las resfriadas.

4.4. QUANTITATIVOS DOS DE ITENS NECESSÁRIOS

Descritivo	Quantidade
STAFFS:	
Coordenação geral	1



Locutor	1
Entrega de kits	1 para cada 150 inscritos
Guarda volumes	5
Largada / chegada	5
Percurso	Definidos pela Settra
Percurso = fita / chegada	2
Posto de água percurso	20
Operacional = montagem + desmontagem	10
Moto = operacional	3
MATERIAIS:	
TENDA = 3,00 x 3,00 = CRONOMETRAGEM	1
TENDA = 5,00 x 5,00 = GUARDA VOLUMES	1
TENDA = 10,00 x 5,00 = ENTREGA DE KITS	1
TENDA = 10,00 x 5,00 = ENTREGA DE CHIPS	1
Cavaletes de transito	De acordo com orientação da Settra
Cones = grandes	De acordo com orientação da Settra
Faixas de informação trânsito - cet	De acordo com orientação da Settra
FITA = ZEBRADA = 180 m x 0,10	10
Sinalização de quilometragem	6
Sacolas plásticas = guarda volume	1 para cada inscrito
Pórtico = largada / chegada	1
BACK-DROP = TELA DE FUNDO = 7,50 m x 3,00 m alt.	1
PALCO DE PREMIACAO = 7,50 m x 5,00 m x 1,50 m alt., ESTRUTURA EM FERRO, COM PISO FORRADO E REVESTIMENTO EM LYCRA EM TODA A VOLTA.	1
Sanitários = portáteis	Vide item 4.2.1.8.
Som = equipamento completo	1
Grades	200 metros
Pranchões = para copos e gelo	8
Água copo = caixas com 48 copos 200ml	Mínimo de 5 copos por inscrito
Saco de gelo 5kg	
ÁREA MÉDICA:	
Ambulância simples	1
Ambulância UTI	1
CRONOMETRAGEM:	
Alvará da federação mineira de atletismo	1
Número de peito impermeável com picotes	A definir de acordo com o número de inscritos.
SIRENE DE LARGADA	2
CADEIRAS	A definir de acordo com o número de inscritos.
MESAS	A definir de acordo com o número de inscritos.

5. PROCESSO SELETIVO:

5.1.O processo seletivo que definirá a empresa/instituição que realizará a 73ª Corrida da Fogueira se dará por meio de pregão, no qual as interessadas darão seus lances a partir do valor mínimo de R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

5.2.O valor mínimo de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) será utilizado para a premiação final (medalhas e troféus) do XXXIV Ranking Prefeitura de Juiz de Fora de Corridas e Rua, manutenção dos aparelhos utilizados no sistema de cronometragem da Prefeitura, assim como na aquisição de novos materiais para projetos da Secretaria de Esporte e Lazer.

5.3.Para participar do processo seletivo, além de participar do pregão, todas as interessadas deverão apresentar um projeto técnico para a organização da corrida, contendo todos os itens necessários (item 3 deste termo), assim como as quantidades especificadas (item 4 deste termo) neste termo de referência e deverá elencar e se comprometer a cumprir todas as obrigações do item 2 deste termo de referencia.

6. PERCURSO DA 73ª CORRIDA DA FOGUEIRA:

6.1. O percurso da 73ª Corrida da Fogueira consistirá de largada e chegada no mesmo ponto, seguindo pela pista Central da Avenida Barão do Rio Branco (Pista dos Ônibus), retornando pelo mesmo percurso ao local de largada, totalizando 7 km.

6.2. O mapa elaborado pela Secretaria de Transporte e Trânsito (SETTRA) deverá ser obrigatoriamente seguido pela empresa a organizar o evento.

6.3. O mapa já contém todas as interdições e a quantidade de materiais a ser utilizado para a realização do evento. **O mapa encontra-se em arquivo digital .pdf anexo ao Edital.**



PREGÃO ELETRÔNICO nº 011/2020 - SEL

ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA E
A

O (a), neste ato representado por seu(ua),
Sr(a), brasileiro(a), casado(a), inscrito(a) no CPF nº,
portador da CI nº doravante denominado, com a interveniência
da Secretaria de, neste ato representada por seu(ua) Secretário(a)
Sr(a)., brasileiro(a), inscrito(a) no CPF nº, portador da CI
nº e Secretaria, neste ato representada por seu Secretário
Sr., brasileiro, inscrito no CPF nº, portador da CI
nº, doravante denominado(s) **INTERVENIENTE(S)** e a sociedade empresária
..... estabelecida à rua
..... nº, CNPJ nº, pelo seu
representante infra-assinado Sr., CPF nº, RG
nº, doravante denominada **CONTRATADA**, considerando o resultado do
Pregão Eletrônico nº 011/2020, conforme consta do processo administrativo próprio nº **00675/2020**,
firmam o presente contrato, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 10.520/02, a Lei Municipal nº
10.214/2002, do Decreto Municipal nº 7.485/2002 e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93, e as condições
seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. É objeto deste instrumento, conforme especificações constantes dos Anexos do edital do **Pregão Eletrônico nº 011/2020**, o qual integra este termo independente de transcrição por ser de conhecimento das partes.

1.1.1. DATA DE REALIZAÇÃO: 18 (dezoito) de julho de 2020.

1.2. Integra este Contrato, como se nele estivesse transcrito o **Detalhamento dos serviços – Valores, Lista de Itens necessários, quantitativos, processo seletivo e Percurso - (itens 4.2.2, 4.3, 4.4, 5 e 6)** do Termo de Referência - Anexo I, assim como todas as especificações neste contidas.

1.2.1. Integram ainda este Contrato, como se nele estivessem transcritos, o Edital, o Termo de Referência e a Proposta Comercial apresentada pela **CONTRATADA**, constantes do Processo Licitatório nº 00675/2020 - SEL Pregão Eletrônico nº 011/2020

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1. O presente contrato tem o valor global de R\$ _____ (_____), conforme lance vencedor registrado em Ata de Realização do Pregão, que integra o presente instrumento e que é de pleno conhecimento das partes.

2.1.1. A contratada deverá efetivar o pagamento da oferta vencedora no ato da assinatura do contrato.

2.2. Os pagamentos serão efetuados mediante expedição, pela SEL, de Documentos de Arrecadação Municipal.



2.3. Todas as despesas decorrentes da prestação dos serviços objeto do presente contrato serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, sejam as de natureza tributária, sejam os demais encargos sociais, sejam as atinentes aos custos (materiais, equipamentos, veículos, combustível etc.) da prestação dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO CONTRATO E DOS PRAZOS

3.1. O contrato regular-se-á, no que concerne a sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.

3.2. O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pela autoridade gestora da despesa a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

3.3. Farão parte integrante do contrato as condições previstas no Edital e na proposta apresentada pelo adjudicatário.

3.4. O contrato terá vigência até término do evento, contados a partir da publicação do extrato.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES

4.1. DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA DE JUIZ DE FORA:

4.1.1. Cadastrar os atletas no sistema;

4.1.2. Cadastrar os chips (número de chips disponíveis: 2200);

4.1.3. Entregar os chips aos corredores, até no máximo 15 (quinze) minutos antes do horário previsto de largada (participantes da corrida infantil e caminhada não tem chip);

4.1.4. Sistema de cronometragem por sistema de transponder e/ou manual;

4.1.5. Apurar os resultados;

4.1.6. Divulgar extraoficialmente os resultados no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após o término do evento e oficialmente no prazo de 7 (sete) dias após a prova;

4.1.7. Agendar e acompanhar as reuniões com a Secretaria de Transporte e Trânsito (SETTRA) da Prefeitura de Juiz de Fora e demais órgãos envolvidos no Evento;

4.1.8. Solicitar junto a SETTRA a interdição parcial ou total do trânsito e a presença de batedores junto aos primeiros colocados na prova (masculino e feminino);

4.1.9. Orientar a colocação dos marcos quilométricos e dos balizadores no percurso. A responsabilidade de colocação tanto dos marcos quilométricos quanto dos balizadores é da empresa contratada.

4.1.10. Caso seja solicitado pelo Contratado, o Cerimonial da Prefeitura realizará a premiação dos corredores e equipes no pódio, após o final da corrida;

4.1.11. Disponibilizar o Plano de Trânsito, elaborado pela SETTRA, específico para a 73ª CORRIDA DA FOGUEIRA 2020.

4.2. DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA REALIZADORA:

4.2.1. QUESTÕES TÉCNICAS



4.2.1.1. É de responsabilidade do contratado disponibilizar no mínimo 2.000 (duas mil) inscrições, bem como preencher de forma correta o banco de dados fornecido pela SEL (formato planilha Excel) com todos os corredores inscritos na prova. O mesmo deverá ser entregue com antecedência de (5) cinco dias úteis à data de realização da prova.

4.2.1.2. TODO O MATERIAL PROMOCIONAL DEVERÁ SER PREVIAMENTE APROVADO PELA SEL;

4.2.1.3. É de responsabilidade do patrocinador sinalizar o percurso de acordo com as determinações da SETTRA, decididas nas reuniões de preparação para a corrida, providenciar a confecção e colocação de faixas e informativos de interdição de ruas, e disponibilizar todo o material (cones, tapumes, entre outros) a ser utilizados na realização do evento.

4.2.1.4. O material de sinalização de responsabilidade do organizador do evento poderá ser vistoriado pelos Agentes de Transporte e Trânsito momentos antes da realização da interdição e a sua falta poderá acarretar no cancelamento do referido evento.

4.2.1.5. O patrocinador deverá cumprir a Lei 9.503 de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, Capítulo III – Artigo 67 e Capítulo VIII – Artigo 95.

4.2.1.6. Fornecer na largada um local coberto e reservado exclusivamente para a equipe técnica da Secretaria de Esportes e Lazer com um ponto de energia (110 v), 3 (três) mesas e (3) três cadeiras, realizar todo o cercamento com grade desta região, fornecer também um local exclusivo com bastante iluminação e coberto para entrega dos chips, contando com a quantidade suficiente de cadeiras e mesas a serem estipuladas pela Coordenação da 73ª CORRIDA DA FOGUEIRA 2020, levando – se em conta o número de inscritos para o evento.

4.2.1.7. As contratações dos árbitros de percurso são de inteira responsabilidade do contratado. O mesmo deverá fornecer um quantitativo de STAFFS suficientes e identificados que deverão estar devidamente uniformizados com camisas e/ou coletes diferentes das distribuídas aos corredores.

4.2.1.8. Deverá oferecer banheiros químicos seguindo a proporção de 1 (um) banheiro para cada 100 (cem) corredores sendo 50% masculino e 50% feminino e, obrigatoriamente, 2 (dois) banheiros para deficientes, sendo 1 (um) masculino e 1 (um) feminino, bem como o guarda-volumes suficientes para a quantidade de inscritos na prova.

4.2.1.9. Caso seja necessário à utilização de um número superior a 2200 chips, o contratado deverá alugar a quantidade de chips necessária para se completar o total de atletas inscritos para o evento.

4.2.1.10. O contratado deverá fornecer o número de peito em papel impermeável para todos os atletas inscritos na corrida obrigatoriamente de acordo com as cores estipuladas pela Coordenação da 73ª CORRIDA DA FOGUEIRA.

4.2.1.11. O contratado deverá disponibilizar tendas e grades, além dos balizadores, em quantidades suficientes.

4.2.1.12. Para a realização do evento, o contratado deverá estar de posse do documento de autorização da SEMAUR (Secretaria Meio Ambiente e Ordenamento Urbano).

4.2.1.13. Contatar junto às instituições competentes, 02 (duas) ambulâncias com equipe médica para atendimento à corrida, sendo uma para ficar no local de largada / chegada e outra para acompanhar os atletas durante o percurso.

4.2.1.14. Fornecer toda a água para o evento, sendo que os postos de água deverão estar situados de 2,5 em 2,5 km a partir da largada do percurso.



4.2.1.15. Homologar a corrida junto a Federação Mineira de Atletismo pagando todas as despesas por ela determinadas.

4.2.1.16. Realizar a limpeza e remoção dos resíduos gerados na área lindeira à corrida, assim como seu descarte dos resíduos em local de destinação devidamente autorizado.

4.2.1.17. Fornecer o palco conforme especificação contida no item 4.3.3. que deverá ter rampa de acesso para pessoas com deficiências.

4.2.1.18. Disponibilizar 200 (duzentas) inscrições infantis gratuitas para projetos de atletismo cadastrados na SEL (kit: medalha personalizada, número de peito, kit lanche).

4.2.1.19. Disponibilizar no mínimo 02(dois) dias para entrega de kits, oferecendo no mínimo o total de 14(quatorze) horas para a entrega, sendo prazo máximo às 13h do dia 18/07.

CLÁUSULA QUINTA - DAS PENALIDADES

5.1. Os casos de inexecução do objeto do Contrato, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento contratual, sujeitará o proponente contratado às penalidades previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93, das quais destacam-se:

- a) advertência;
- b) multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor, por dia de atraso injustificado na execução do mesmo, limitados a 30 (trinta) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução total;
- c) multa compensatória no valor de 5% (cinco por cento) sobre o valor total contratado;
- d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 02 (dois) anos;
- e) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultando ao contratado o pedido de reconsideração da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

5.2. Após o devido processo legal, as penalidades serão aplicadas pela autoridade competente que deverá comunicar a subsecretaria todas as ocorrências para fins de cadastramento e demais providências.

5.2.1. Entende-se por autoridade competente a gestora da despesa executada.

5.2.2. Os valores das multas aplicadas previstas nos sub-itens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

5.3. Da aplicação das penalidades definidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do item **5.1**, caberá recurso no prazo de (cinco) dias úteis, contados da intimação.

5.3.1. Da aplicação da penalidade definida na alínea “e” do item **5.1**, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da intimação.

5.4. O recurso ou pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido à autoridade gestora da despesa, a qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

5.5. A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará na sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei, cujos motivos para a referida rescisão são os previstos no Art. 78 da Lei 8.666/93.

5.6. O Município poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial, observada a legislação vigente, nos seguintes casos:

- a) por infração a qualquer de suas cláusulas;



- b) decretação de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- c) em caso de transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato, sem prévio e expresso aviso ao Município;
- d) por comprovada deficiência no atendimento do objeto do contrato;
- e) mais de 2 (duas) advertências

5.7. A autoridade gestora da despesa poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público, conforme disposto no artigo 79 da lei 8.666/93 e suas alterações.

5.8. A aplicação de penalidades previstas para os casos de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado, inadimplemento contratual e demais condutas ilícitas será de competência da Unidade Requisitante, na pessoa da autoridade competente, gestora da despesa, nos termos do § 3º, do art. 87, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

6.1. Observado o disposto no artigo 67 da lei federal 8.666/93, o acompanhamento, a fiscalização, o recebimento e a conferência do objeto será realizada pela Unidade Requisitante ou no caso de substituição, pelo que for indicado pelo gestor da Unidade Requisitante.

6.2. A Unidade Requisitante atestará, no documento fiscal correspondente, o fornecimento do produto nas condições exigidas, constituindo tal atestação requisito para a liberação dos pagamentos ao fornecedor.

6.2.1. O recebimento definitivo do objeto deste instrumento, somente se efetivará com a atestação referida no item anterior.

CLÁUSULA SÉTIMA DA CESSÃO

7.1. Havendo incontestável e justificado interesse público e autorização prévia e expressa da Prefeitura, o Contrato poderá ser cedido ou transferido no todo ou parcialmente.

7.1.1. A cessão do contrato poderá ocorrer independentemente da fase em que se encontrar a execução do objeto contratado, desde que o pretendo cessionário tenha participado e tenha sido habilitado na licitação. Serão convocadas as empresas por ordem de classificação obtida na licitação.

7.2. A subcontratação poderá ocorrer após autorização prévia e expressa da Prefeitura, em parte do contrato, assumindo a contratada, completa responsabilidade pela atuação dos subcontratados, que não terão qualquer vínculo com a Prefeitura.

7.3. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle do presente contrato, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

8.1. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente contrato, elegem as partes o Foro da Comarca de Juiz de Fora, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordados, assinam este contrato os representantes das partes e as testemunhas abaixo em duas vias de igual teor;

Prefeitura de Juiz de Fora, de de



PREFEITO
GESTOR(ES) DA(S) UG(S)
EMPRESA
Representante Legal
Cargo

Testemunha 1

Ass.: _____

Nome: _____

C.I.: _____

C.P.F.: _____

Testemunha 2

Ass.: _____

Nome: _____

C.I.: _____

C.P.F.: _____



PREGÃO ELETRÔNICO nº 011/2020 - SEL

ANEXO III

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA (ME) OU DE EMPRESA DE
PEQUENO PORTE (EPP)**

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, por intermédio de seu representante legal Sr. (a), portador do Documento de Identidade nº, inscrito no CPF sob o nº DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como **(incluir a condição da empresa: Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP))**, art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e 2006 e Lei Municipal nº 12.211/2011 e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da citada lei.

() Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar nº. 123/06, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



PREGÃO ELETRÔNICO nº 011/2020 - SEL

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PLENO CONHECIMENTO

A empresa, inscrita no CNPJ sob nº,
sediada na, cidade de, estado,
telefone(s), e-mail para contato, neste ato
representada pelo(a) Sr(a), portador da Carteira de Identidade nº e
do CPF nº, declara, sob as penas da Lei, que preenche plenamente os requisitos de habilitação
estabelecidos no presente Edital do **Pregão Eletrônico nº 011/2020**, assim como tem pleno conhecimento
do objeto licitado e anuência das exigências constantes do Edital e seus anexos.

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.

PREGÃO ELETRÔNICO nº 011/2020 - SEL

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

....., inscrito no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a), portador da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, **DECLARA, sob as penas da Lei, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição da República**, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.

PREGÃO ELETRÔNICO nº 011/2020 - SEL

ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

(Nome da empresa), sediada (endereço completo), inscrita no CNPJ/MF sob o nº, por intermédio do seu representante legal o Sr.(a), portador da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, **DECLARA**, sob as penas da lei, que não incorre em qualquer das condições impeditivas, especificando:

- 1 - Que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;
- 2 - Que não está impedida de transacionar com a Administração Pública;
- 3 - Que não foi apenada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos;
- 4 - Que não incorre nas demais condições impeditivas previstas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 consolidada pela Lei Federal nº 8.883/94.
- 5 - E que, se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos oferecidos, comprometendo-se a comunicar a PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA a ocorrência de quaisquer fatos supervenientes impeditivos da habilitação, ou que comprometam a idoneidade da proponente, nos termos do artigo 32, parágrafo 2º, e do artigo 97 da Lei 8.666/93, e suas alterações.

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.